



ALADI/CR/Ata 530
3 de agosto de 1994
Hora: 10h 35m às 13h

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
 - Incorporação dos Excelentíssimos Senhores Embaixadores Manuel Aguilera de la Paz e Carlos Alberto Prera Flores como Observadores de Cuba e Guatemala no Comitê de Representantes.
 2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.301).
 3. Consideração da ata correspondente à 519a. sessão.
 4. Adiamento da Reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração (ALADI/CR/PR 123).
 5. Adiamento da Quarta Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/SEC/di 582).
 6. Convocação da Segunda Reunião de Turismo da ALADI (ALADI/SEC/Proposta 613).
 7. Convocação e agenda da Segunda Reunião de Peritos Governamentais sobre Normas Anti-dumping (ALADI/CR/PA 61).
 8. Convocação e agenda da Terceira Reunião de Peritos Governamentais em Matéria de Harmonização de Incentivos às Exportações (ALADI/CR/PA 72).
 9. Solução de controvérsias (ALADI/CR/dt 106. Rev. 2).
 10. Outros assuntos.
-

Presidente:

IGNACIO VILLASENOR

Assistem: Jesús Sabra, Noemí Gómez, Arturo Hotton Risler e Gustavo Adolfo Moreno (Argentina), Roberto Finot (Bolívia), Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Mario Ernani Saade, Fernando Jacques de Magalães Pimenta, Carlos Eduardo Rivas Guedes e Luiz Antonio Balduino Carneiro (Brasil), María Elvira Pérez de De Castro (Colômbia), Leopoldo Durán Valdez e Rodrigo Quiroga Cruz (Chile), Eduardo Cabezas Molina (Equador), Ignacio Villaseñor, Juventino Balderas, Dora Rodríguez Romero, Heriberto Rodríguez, Alberto Rodríguez, Arturo Juárez Juárez e Adolfo Treviño (México), Carlos Galeano Perrone e Alfredo Núñez (Paraguai), Guillermo Fernández-Cornejo Cortés, Pablo Cisneros e Pedro Bravo Carranza (Peru), Néstor G. Cosentino, Eduardo Penela Ríos, José Roberto Muínelo e Daniel Botta (Uruguai), Germán Lairret, Antonio Rangel e Ariel Vargas (Venezuela), Manuel Aguilera de la Paz (Cuba), Roberto Cordero Becerra (El Salvador), Carlos Alberto Prera Flores (Guatemala), Jean Louis Giddey (Suíça) e Luis Macchiavello (OEA).

Secretário-Geral: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

PRESIDENTE. Senhores Representantes, inicia-se a 530a. sessão ordinária.

1. Aprovação da ordem do dia.

Em consideração a ordem do dia.

Não havendo observações, APROVA-SE.

- Incorporação dos Excelentíssimos Senhores Embaixadores Manuel Aguilera de la Paz e Carlos Alberto Prera Flores, como Observadores de Cuba e Guatemala no Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Para a Presidência, em nome de todos os Senhores Representantes, é muito grato dar as boas-vindas aos Senhores Embaixadores Manuel Aguilera de la Paz e Carlos Alberto Prera Flores, que se incorporam nesta data como Observadores de Cuba e da Guatemala no Comitê de Representantes.

A América Latina vive uma nova etapa de relacionamento e cooperação nas diferentes ordens. Nesse esforço, o desenvolvimento de vínculos em matéria econômica e de comércio está sendo objeto de atenção prioritária pelos Governos da Região, decididos a multiplicar os intercâmbios, a expandir o comércio, cósante com as profundas mudanças que estão sofrendo a região e

o mundo. Neste contexto, a América Central e o Caribe participam da intensa dinâmica para fortalecer, aprofundar ou reformular os laços tradicionais em matéria econômica e comercial. A América Central conhece um notável esforço de reconstituição das instituições integracionistas e assinala caminhos inovadores a respeito da concertação política intra-regional e da concertação econômica entre os países que conformam o Mercado Comum Centro-Americano.

Há poucos dias foi criada a Associação dos Estados do Caribe, da qual participam 25 países e 12 territórios dessa estratégica região de nosso hemisfério, reunindo uma população de 200 milhões de habitantes com um produto bruto de mais de 500 bilhões de dólares e um comércio exterior de quase 180 bilhões de dólares ao ano. Um dos objetivos primordiais desta Associação é a integração econômica e o posterior estabelecimento de uma zona ampliada de livre comércio, mas também o desenvolvimento sustentado da região nas áreas cultural, social, econômica e científico-técnica. Tanto Cuba quanto a Guatemala participam como ativos membros desta Associação.

Este acontecimento nos faz lembrar a força dos processos de integração na América Latina e no Caribe e a necessidade e importância de estabelecer entre seus diferentes segmentos vasos comunicantes que favoreçam o intercâmbio de informação, o conhecimento recíproco das respectivas experiências, a concertação comum sobre os mais variados temas e, finalmente, formas de colaboração institucional visando a conformação de um espaço integralmente integrado. Daí que demos especial significado à incorporação dos Senhores Embaixadores Aguilera de la Paz e Prera Flores como Observadores de Cuba e Guatemala, respectivamente, perante o Comitê de Representantes desta Associação, a qual, por seu lado, enfrenta um desafio permanente a sua capacidade de renovação e abertura, à luz do franco e acelerado processo de mudanças na região e no mundo.

A presença dos Senhores Embaixadores, certamente, contribuirá para fomentar os vínculos de colaboração entre a ALADI e os países que representam.

Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, Senhores Representantes, Embaixadores, Senhores Embaixadores Manuel Aguilera e Carlos Alberto Prera, Senhor Secretário-Geral Adjunto, acredito que o Presidente do Comitê já manifestou tudo.

Queremos dar apenas as mais cordiais boas-vindas por parte da Secretaria e oferecer aos Senhores Embaixadores que agora se incorporam como Observadores toda a informação que necessitarem sobre os trabalhos da Associação. Imagino que necessitarão muitas informações porque aqui as atividades estão muito intensas. Coloco à disposição de Vossas Excelências todos os funcionários da Secretaria para que lhes informem tudo o que necessitam.

Desejo a Vossas Excelências muito sucesso e sabemos que sua colaboração será de muito valor para os trabalhos desta Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Ofereço a palavra ao Senhor Embaixador de Cuba.

Representação de CUBA (Manuel Aguilera de la Paz). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Senhor Secretário-Geral, Senhores Representantes e Observadores, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, amigos todos, é para nós uma grande honra e ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade, representar meu país como Observador junto ao Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração.

É também uma honra e um prazer, manifesto isto com toda sinceridade, incorporar-me a este grupo de trabalho, onde em pouco tempo pude apreciar uma atmosfera de suma cordialidade e trabalho, como corresponde a uma organização cujo objetivo principal é irmanar cada vez mais nossos povos através da integração.

Como expressou o Chanceler cubano, Excelentíssimo Senhor Roberto Robaina González, por ocasião de sua visita a esta sede no dia 6 de abril p.p., a ALADI constitui para nosso país uma instituição que desempenhou, desempenha e está chamada a desempenhar, cada vez mais no futuro um papel muito importante como mecanismo impulsor e executor do complexo e difícil mas, ineludível e imprescindível processo de integração de Nossa América, como foi chamada por José Martí.

Cuba se sente profundamente comprometida com esse processo, considera não somente um dever senão uma obrigação histórica contribuir para sua realização e participar ativamente nele, como um membro a mais da família latino-americana e caribenha.

Estamos profundamente convencidos de que o futuro de nossos povos, sua existência e bem-estar, dependem da integração, não somente econômica, mas também política, como sonharam e lutaram por ela Bolívar, Martí e tantos outros próceres de nossa história.

Somente juntos, plenamente integrados e irmanados, poderemos enfrentar os enormes desafios do mundo de hoje e do futuro. Só assim poderemos encontrar soluções verdadeiras para os graves problemas econômicos e sociais que afligem nossos povos. Só assim poderemos construir sociedades plenamente democráticas, com um desenvolvimento permanente e harmonioso, onde a justiça social, o respeito e o gozo pleno dos direitos humanos, a liberdade e a dignidade, sejam patrimônio de todos os cidadãos sem distinção, e a miséria, a fome, a insalubridade, o analfabe-

tismo, o desemprego, a drogadição e a corrupção, entre outros males econômicos e sociais, sejam só uma má lembrança.

A Associação Latino-Americana de Integração é uma expressão pioneira da crescente vontade integracionista de nossos povos e governos, que hoje se materializa através de outros mecanismos que devem concertar-se e complementar-se entre si.

A recente criação, em 24 de julho passado, da Associação de Estados Caribenhos constitui mais um esforço, muito importante, no processo de integração, que deve ser apoiado e estimulado pela ALADI.

Cuba se incorporou como membro pleno desta nova organização e fará todos os esforços por contribuir para o sucesso de seu trabalho e de seus nobres objetivos.

Esse mesmo compromisso e responsabilidade temos faz tempo com a ALADI e seguiremos cumprindo-o modestamente.

Finalmente, quero desejar os maiores êxitos à ALADI em seus futuros trabalhos, a todos os Representantes junto a ela dos países irmãos e a todos os técnicos, funcionários e pessoal administrativo, sem cujo abnegado trabalho não teria sido possível alcançar os objetivos nem seriam possíveis os êxitos do futuro. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador de Cuba.

Ofereço a palavra ao Senhor Embaixador da Guatemala.

Representação da GUATEMALA (Carlos Alberto Prera Flores).
Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Senhores Representantes, Senhor Secretário-Geral, Senhor Secretário-Geral Adjunto, Senhores Observadores, senhoras e senhores, desejaria, em primeiro lugar, manifestar meu agradecimento pelas amáveis palavras de boas-vindas dispensadas tanto pelo Senhor Presidente, quanto pelo Senhor Secretário-Geral, o que me anima, mais ainda, a participar ativamente, em minha qualidade de Observador, das atividades da ALADI.

Creio que esta é uma boa oportunidade para sintetizar a situação do processo de integração da Guatemala e do resto dos países da América Central. A Guatemala iniciou junto com os países do istmo centro-americano a reativação do processo de integração que teve sua origem em 1951, com a subscrição da Carta da Organização dos Estados Centro-Americanos -ODECA- e que se complementou em 1960 com o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana, dando origem ao Mercado Comum.

Divergências internas e ingerências externas nos provocaram anos de enfrentamentos, violência e instabilidade das institui-

ções democráticas que aprofundaram a situação sócio-econômica da maioria da população e repercutiu negativamente no processo de integração, especialmente o Mercado Comum, o que deixou profundas cicatrizes, mas também um amadurecimento político, podendo-se reconhecer hoje que nos necessitamos uns aos outros, que não se pode construir excluindo e que somente unidos poderemos enfrentar os desafios que apresenta o futuro da região.

Para enfrentar este desafio, os Governos centro-americanos lançaram um audaz e inovador processo de integração, que permitiu ter já uma institucionalidade regional e instâncias como a reunião de Presidentes, o Parlamento Centro-Americano e a Corte Centro-Americana de Justiça, que se expressam no quadro jurídico-político da integração global, estabelecido no Protocolo de Tegucigalpa de Reformas à Carta da ODECA, que criou o "Sistema da Integração Centro-Americana" -SICA- assinado em 13 de dezembro de 1991 pelos Presidentes dos seis Estados.

O SICA tem como objetivo fundamental enfrentar conjuntamente os desafios que propõe a consecução e consolidação da paz, da liberdade, da democracia e do desenvolvimento, e modifica a estrutura e funcionamento dos órgãos e instituições da integração, os quais gozarão de autonomia funcional no âmbito de uma necessária e coerente coordenação inter-setorial.

Na esfera econômica, o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana permitiu avanços em diversas áreas, que se considerou conveniente preservar e fortalecer, mas estimando-se que era necessário readequar suas normas à realidade e às necessidades atuais do processo de integração regional, de acordo com a nova dinâmica dada, tanto pelo Protocolo de Tegucigalpa quanto pelas diretrizes presidenciais. É assim como na XIV Reunião Cume Presidencial, celebrada no mês de outubro do ano passado na cidade da Guatemala, foi aprovado o Protocolo ao Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana, chamado Protocolo da Guatemala, como subsistema do SICA, atualmente está em processo de ratificação por parte dos Estados.

Com os países-membros da ALADI, a Guatemala tem mantido relações comerciais que podemos considerar de discretas, embora no ano de 93 o intercâmbio comercial com os onze países tenha representado 12,9% do total, aproximadamente um pouco mais de 508 milhões de dólares; 70% deste comércio foi realizado somente com dois países, o México e a Venezuela, principalmente pela compra de petróleo e seus derivados. Além disso, cabe mencionar que a Guatemala mantém acordos comerciais de alcance parcial com vários dos países-membros desta Associação, o que estabelece em si uma relação direta. Não obstante, estimamos que nosso intercâmbio comercial deve incrementar-se no futuro, sobre a base de um equilíbrio na balança comercial, aproveitando que em muitos casos nossas economias são complementares. Para aumentar este intercâmbio, tanto a ALADI quanto a Secretaria do Tratado de Integração Econômica Centro-Americana, SIECA, poderiam desempenhar um papel importante na sua coordenação e implementação.

Sob esta perspectiva, Senhor Presidente, o Governo da Guatemala considera de grande importância participar na qualidade de Observador junto à ALADI, já que isso permite manter uma relação constante e um conhecimento de suas atividades, que facilite no futuro, que esperamos não esteja longe, proceder à integração de todos os países da América Latina, que deve constituir para todos nós o grande objetivo.

Finalmente, permitam-me, como reconhecimento aos esforços integracionistas que realizam os países latino-americanos tão dignamente representados nesta Associação, lembrar o escrito no livro sagrado dos Maias-Quichés, o Popol Vut: "Que todos se levantem, que todos sejam chamados, que não haja um grupo, nem dois grupos entre nós que fique atrás dos demais". Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador da Guatemala.

Sejam bem-vindos Senhores Embaixadores a esta Casa da Integração!

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.301).

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral para que nos informe sobre os "Assuntos em pauta".

SECRETARIO-GERAL. No documento ALADI/SEC/2.301 constam as seguintes notas e documentos a que corresponde dar entrada nesta sessão.

Cabe salientar a designação dos Senhores Heriberto Rodríguez Hernández e Alberto Rodríguez Bolaños, como Assessores da Representação do México junto à ALADI. Aproveitamos para dar as boas-vindas e desejar-lhes muito êxito em suas missões.

Também, Senhor Presidente, salientamos que a Representação do México enviou a esta Secretaria um cheque pela quantia de US\$ 226.265,71 como parte de sua contribuição.

Publicado o documento de "Assuntos em pauta", foi recebida uma nota da Argentina, acompanhando um cheque pela quantia de US\$ 500.000,00 como antecipação da quota de 94.

Senhor Presidente, nossos agradecimentos são enfáticos porque estamos justamente em uma situação crítica de caixa, essas contribuições chegaram em boa hora.

Também queremos registrar, Senhor Presidente, a Nota Nº 66, de 19 de agosto de 1994, da Representação do Equador, pela qual o Governo equatoriano convida para que a Segunda Reunião do Conselho de Turismo da ALADI seja realizada no Equador, de 17 a 23 de outubro próximo.

Finalmente, Senhor Presidente, outro assunto em pauta, depois que o mencionado documento estava pronto, é a Nota Nº 466 da Embaixada da Colômbia, assinada por Fabio Avella, Encarregado de Negócios a.i., que diz o seguinte: "Senhor Secretário-Geral, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência por ocasião de transcrever o texto de um convite realizado em uma mensagem via fax a seu nome a esta Embaixada, assinado pelo Senhor Presidente Eleito da Colômbia, Doutor Ernesto Samper Pizano, que diz textualmente:

"Honorável Doutor
Antonio José de Cerqueira Antunes
Secretário-Geral
da Associação Latino-Americana de Integração
Montevideu-Uruguaí

Tenho o prazer de convidar Vossa Excelência para que assista a minha posse como Presidente da República da Colômbia, próximo dia 7 de agosto. Será para mim especialmente grato contar com a presença de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meu apreço pessoal. (Assina:) Ernesto Samper Pizano, Presidente-Eleito da Colômbia".

Permito-me informar-lhe que esta Embaixada está coordenando tudo o atinente ao Protocolo das Delegações Especiais que estarão presentes, procedentes do Uruguaí, na posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da Colômbia. Nesse sentido lhe informamos que a Delegação dessa Secretaria pode estar acompanhada até por mais duas pessoas.

Será um prazer, Senhor Secretário-Geral, prestar toda a cooperação que se me solicite a fim de coordenar da melhor forma os detalhes de sua visita à cidade de Santa Fé de Bogotá.

Aproveito a oportunidade para renovar ao Senhor Secretário-Geral os protestos da minha mais alta e distinta consideração." (Assina:) "Fabio Avella Martínez, Encarregado de Negócios a.i."

Esses eram os assuntos a salientar, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Uno minhas felicitações às do Senhor Secretário-Geral, para dar as boas-vindas aos colaboradores da Representação Permanente do México que se incorporam a seus trabalhos. Estamos convencidos de que sua participação nos trabalhos da Associação se traduzirá em fatos muito positivos.

Não posso, por outro lado, deixar de aderir às felicitações enfáticas do Senhor Secretário-Geral a respeito das contribuições das Representações do México e da Argentina a maneira, diria, de "oxigênio financeiro", absolutamente vital para a Associação. Isto permite à Presidência exortar as outras Representações a que sigam os mesmos passos para que possamos contar com recursos suficientes para seguir contribuindo com as despesas de administração da Secretaria-Geral.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Unicamente para agradecer as boas-vindas aos colaboradores que temos neste momento integrando e reforçando a Representação do México junto à ALADI.

Um comentário a respeito do orçamento. Gostaríamos simplesmente de manifestar que o México cumpriu com as quotas correspondentes a todo o ano e que tem um excedente de US\$ 1.500,00, que estamos avançando para o próximo ano de 1995.

Consoante este belo pensamento que acabamos de escutar do distinto Observador da Guatemala, do Popol Vut, desejaríamos que não houvesse grupo ou grupos que ficassem para atrás.

PRESIDENTE. A Presidência gostaria também de referir-se ao convite do Governo do Equador, através de seu distinto Representante Permanente, para levar a cabo a reunião do Conselho de Turismo da ALADI em Quito. Este ponto, como os senhores poderão verificar, foi incorporado como número 6 na ordem do dia que estamos considerando.

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

3. Consideração da ata correspondente à 519a sessão.

PRESIDENTE. Em consideração a ata correspondente à 519a. sessão.

Se não houver observações dariamos por aprovada. APROVA-SE.

Passamos ao seguinte ponto.

4. Adiamento da Reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração (ALADI/CR/PR/ 123).

PRESIDENTE. Há uma proposta para adiar essa reunião para os primeiros dias de setembro, que submeto à consideração dos Senhores Representantes. Solicito à Secretaria-Geral que dê leitura à mesma.

SECRETARIO-GERAL. Adiamento da reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração; consta no documento ALADI/CR/PR 123, de 29 de julho de 1994.

O projeto de resolução diz: "O Comitê de Representantes, tendo em vista a Resolução 191 do Comitê de Representantes, Resolve: Adiar a reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração para os dias 1º e 2 de setembro de 1994".

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, a respeito deste adiamento queríamos sugerir a data de 6 e 7 de setembro.

- Diálogos.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Para nós não há nenhum inconveniente em mudanças de datas, mas 7 de setembro é nossa data nacional; então, proporia-mos 12 e 13.

PRESIDENTE. Em consideração a nova proposta.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas Moreno). Desejaríamos consultar porque, na realidade, são duas opções diferentes, então, permitir-nos-íamos sugerir um intervalo para fazer as consultas e na seguinte reunião fixar a data.

Representação da BOLIVIA (Roberto Finot). Em todo caso, simplesmente, talvez, uma consulta à Representação da Argentina a respeito da proposta de 6 e 7 de setembro e adicionalmente no transcurso da semana passada, realizou-se nesta sede uma reunião do Grupo Ad Hoc de Representantes Governamentais. Essa reunião do Grupo Ad Hoc sugeriu, se se quer, algumas datas para diferentes reuniões e talvez teria sido útil para esta oportunidade contar com o relatório dessa reunião; talvez poderia facilitar a aprovação da decisão sobre estas matérias.

Adicionalmente, reiteraríamos de todos os modos a consulta a respeito da proposta para o adiamento desta reunião para 6 e 7 de setembro, compreendemos perfeitamente bem o adiamento proposto pelo Brasil para 12 e 13, em função das datas 6 e 7, mas por isso solicitamos ao Senhor Embaixador da Argentina o fundamento para o adiamento das datas de 6 e 7, dado que inicialmente nos inclinamos por apoiar a proposta inicial do projeto de resolução para os dias 19 e 2 de setembro.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Realmente teríamos sugerido como data tentativa 19 e 2 de setembro, mas nos encontramos com que 2 de setembro é sexta-feira e se houver vontade de continuar discutindo, tornar-se-ia difícil. Por isso sugerimos 6 e 7. Mas, se há dificuldades, manteremos 19 e 2.

PRESIDENTE. A Secretaria-Geral me informa que estão na melhor disposição de trabalhar sábado 3, se for necessário.

Representação do PERU (Guillermo Fernández-Cornejo Cortés). Minha Representação tem uma preocupação a respeito de toda esta mudança, que será, que se moverá como pedras no tabuleiro de xadrez, porque finalmente não acredito que seja o único adiamento; e já que estamos neste reordenamento de datas, a Representação peruana não tem nenhum inconveniente em que seja como propôs novamente o Representante da República Argentina ou o Representante do Brasil. O que desejaria a Representação peruana é que, se fosse possível, e coloco à consideração da Sala através do Senhor Presidente, que os peritos de normas de origem estivessem em datas contíguas a esta reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração. É um pedido de minha Chancelaria, em função das pessoas que viriam para estes eventos. Ou seja, 19 e 2 ou 12 e 13; a proposta peruana é que seja em seguida destas duas datas; nesse caso poderia ser 30 e 31 de agosto ou 14 e 15 de setembro.

PRESIDENTE. Entendo que depois da explicação do Senhor Representante da Argentina deixaríamos a proposta original de 1º e 2 de setembro, que creio que também foi consultada às capitais e acredito que muitas delas tinham aceito, em princípio, essa sugestão originalmente feita pelo Senhor Representante da Argentina para levar a cabo a reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração, dias 1º e 2 de setembro.

Naturalmente, Senhor Representante do Peru, a Secretaria registra sua sugestão e o Comitê a considerará em seu momento.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Para concordar com o Senhor Presidente.

Para a Representação do Brasil é perfeitamente viável fixar a reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração para os dias 1º e 2 de setembro e à luz da sugestão do Representante do Peru, animamo-nos também a sugerir para a de origem 5 e 6 de setembro.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas Moreno). Na realidade, também quando nos referimos a um intervalo de consulta era em virtude de duas datas novas que apareceram; se voltamos para 1º e 2, já temos consultado e aceitaríamos; esse é um primeiro aspecto.

Em segundo lugar, estamos de acordo com o Peru; creio que isto é um jogo de dominó, há uma recolocação de efeitos. Sentimos que o Grupo Ad Hoc, pela grande relação dos temas concernentes ao alívio de sua agenda com a que acabamos de nomear, deveria de uma vez estar mais ou menos vinculada em tempo com a que acabamos de terminar. Permitir-nos-íamos sugerir a primeira semana de outubro para o Grupo Ad Hoc. Quanto à de origem, tenho entendido que já estava programada para esta semana entrante e na realidade o que estamos fazendo é movimentando a data de normas de origem e nos preocupa realmente porque normas de origem é um projeto que não tem sido tratado de acordo com os antecedentes da Secretaria-Geral há muito tempo; além disso, estava programada com suficiente antecipação. Já fizemos a consulta e tínhamos informado à Secretaria-Geral a assistência de nossos técnicos.

É sumamente difícil com estes antecedentes fazer um movimento das normas de origem, embora entendamos os argumentos da Representação do Peru, da conveniência de aproximar um evento com o outro; resulta-nos um pouco difícil entender a relação entre normas de origem e o aspecto de integração

Pronunciemo-nos para a mesma data que tínhamos já programado.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Talvez para facilitar o debate preferiríamos que a Mesa pudesse aprovar este projeto para 1º e 2 de setembro e depois desejaríamos pedir a palavra.

PRESIDENTE. Era justamente essa a intenção da Presidência, mas ofereci a palavra a Vossa Excelência porque a tinha solicitado. Em consideração dos Senhores Representantes o projeto de resolução para convocar a reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração os dias 1º e 2 de setembro. Desejaria perguntar à Senhora Representante da Colômbia se me solicita a palavra para referir-se a este ponto específico.

Então, submeto a votação este projeto de resolução. Os que estiverem pela afirmativa sirvam-se indicá-lo com o sinal de costume.

Vota-se: Unanimidade.

PRESIDENTE. Portanto, o Comitê de Representantes APROVA a resolução que consta com o Nº 193 e cujo texto faz parte da presente ata.

"RESOLUCAO 193

O COMITE DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA a Resolução 191 do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

ADIAR a Reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração para os dias 1º e 2 de setembro de 1994."

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Senhora Representante da Colômbia.

Representação da COLOMBIA (María Elvira Pérez de De Castro). A respeito da proposta do México para a reunião de origem, programada para 11 e 12 de agosto, estaríamos de acordo em que fosse respeitada a data, mas o único que gostaríamos de saber é realmente sobre a participação confirmada até o presente do restante dos países. A Colômbia também está participando; ou seja, já temos a confirmação, mas gostaríamos de saber por parte da Secretaria qual é a participação para ver se se justifica ou não mudá-la.

PRESIDENTE. Oportunamente, talvez trataríamos novamente o ponto para observar a seqüência da ordem do dia; creio que haverá intervenção a respeito do tema: "Convocação de grupos de peritos". Portanto, com a vênia da Senhora Representante da Colômbia, voltariamos a este ponto mais adiante.

Representação do PERU (Guillermo Fernández-Cornejo Cortés). Dadas as circunstâncias, retiro minha proposta de mudança dessa data de peritos de normas de origem. Que fique como está: 11 e 12 de agosto.

PRESIDENTE. Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

5. Adiamento da Quarta Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/SEC/di 582).

PRESIDENTE. Sobre este ponto ofereço a palavra.

SECRETARIA (Néstor W. Ruocco). Acontece que na oportunidade em que convocamos a IV Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura não tínhamos ainda em nosso poder alguns dos elementos de juízo que recebemos depois, sobre uma emenda muito importante a ser introduzida no Sistema Harmonizado de Classificação das Mercadorias, que determina o movimento para aproximadamente umas quinhentas posições do Sistema Harmonizado. Algumas destas posições têm a ver, inclusive, Senhor Presidente, com a situação de produtos que vamos analisar e ajustar na IV Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura. Quer dizer que eventualmente vamos enfrentar uma IV Reunião com ajustamentos de Nomenclatura e eventualmente uma V Reunião com novos ajustamentos sobre os mesmos produtos porque esta emenda, a emenda 2 do Conselho, determina que deve entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 1996.

Portanto, entendemos que nem a Secretaria-Geral nem as próprias Representações terão a possibilidade, daqui a 19 de setembro, para quando estava convocada a IV Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, de familiarizar-se com a emenda 2 que introduz estas modificações, que eventualmente exigirão uma análise muito pormenorizada pelas autoridades da aplicação em nomenclatura dos respectivos países.

Portanto, o que se tenta é evitar duas reuniões; uma, no final deste ano e outra no próximo ano, porque necessariamente em 1º de janeiro de 1996 devemos colocar em vigor a emenda 2 do Conselho. Com a consabida dificuldade que significa introduzir, em todos os acordos em que eventualmente houvessem sido negociados produtos envolvidos nas emendas, ajustamentos nos acordos desde setembro até o final do ano para reger a partir de 1º de janeiro de 1995 e no novo ano, desde a data em que realizássemos a V Reunião de Nomenclatura até o final do ano para reger a partir de 1º de janeiro de 1996.

Por isso, Senhor Presidente, consideramos conveniente, em lugar de fazer duas reuniões, fazer uma só reunião, inclusive com maior amplidão de prazos, em abril do próximo ano, com duas ou três semanas. Aí, sim, deverá ser um período mais longo da sessão da Comissão de Nomenclatura, para poder cumprir com a agenda prevista para a IV Reunião e a que eventualmente surgir da emenda 2 do Conselho para ser analisada no próximo ano.

Não trouxemos, Senhor Presidente, um projeto de resolução porque, se fosse aceito o critério, pensaríamos em realizar a reunião em abril do próximo ano e, então, conforme à prática ou às normas de praxe, com sessenta dias de antecipação à data determinada para abril faríamos a convocação da que seria a IV reunião em lugar de uma V Reunião de Nomenclatura.

PRESIDENTE. A proposta da Secretaria-Geral, à luz dos argumentos sólidos que nos dá, é muito atendível, mas gostaria de escutar os comentários dos Senhores Representantes. Ofereço a palavra.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). No primeiro semestre deste ano encontramos algumas dificuldades parecidas a respeito do adiamento de algumas reuniões. Em outros casos nos vimos na necessidade de suspender reuniões previstas pela ausência de técnicos; portanto, deveríamos adotar algumas decisões para fazer frente a estas conjunturas. Há um documento sobre o calendário de reuniões, ALADI/SEC/dt 366/Revisão 4, que em sua capa tem alguns parágrafos vinculados com o manejo do calendário.

Levamos em conta que há diferentes tipos de reuniões, alguns vinculados com as Comissões Assessoras, outros com os Grupos de Técnicos, outros com os Grupos do Comitê e, portanto, creio que a presença de determinado número de técnicos é imprescindível para alguns casos, enquanto que em outros pode substituir-se com instruções recebidas de nossas capitais e ser cobertos pelas próprias Representações. Queríamos, a respeito das Comissões Assessoras, manifestar que é necessário dar um mandato à Secretaria no sentido de que se com uma semana de antecipação não se reúnem pelo menos seis técnicos, não se pode convocar essa reunião e portanto, adia-se, automaticamente.

Se se trata de um grupo de trabalho, de um grupo de peritos com a presença de quatro técnicos de nossas capitais, se durante a última semana não se acreditam quatro peritos das capitais na de reuniões de grupos de peritos, também se adiará e não se realizaria essa reunião. Creio que isto é imprescindível para poder fixar pautas e estilos de compromissos, o que aconteceu na última semana a respeito da Comissão Assessora de Valoração Aduaneira, que não se tinham reunido quatro técnicos, teve que suspender-se a último momento e em nossas capitais é muito difícil para aqueles técnicos que estavam com as malas prontas para vir a Montevideú, dizer-lhes que no último momento foi suspensão. Creio que por esta razão queríamos fazer esta introdução geral a este tema.

O outro tema que nos preocupa é a programação do segundo semestre, porque agora estamos considerando alguns casos em particular, mas perdemos a ótica de outras reuniões que também são importantes e que agora temos que levar em conta para nosso calendário.

A respeito da Comissão Assessora de Nomenclatura, creio que a Secretaria foi muito clara e se referiu ao que acaba de dizer o Senhor Diretor Néstor W. Ruocco, o que já manifestou no documento dl 582, e entendemos que os argumentos são válidos para adiar esta reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura para abril de 1995. Não obstante, deveria haver um projeto de resolução suspendendo a reunião de setembro para informar a nossas capitais que a convocação realizada para 19 a 23 está

suspensa, sem prejuízo de que não se convoque agora, mas que se convoque com sessenta dias de antecipação.

Se fosse possível, desejaria entrar em outros temas. Hoje aprovamos a convocação da Primeira Reunião de Responsáveis pela Política de Integração para 1º e 2 de setembro. A Representação de México disse que veria com agrado que a VIII Reunião do Grupo Ad Hoc se realizasse nos primeiros dias de outubro. Vamos sugerir a data de 27 e 28 de setembro e a Segunda Reunião de Responsáveis para 25 e 26 de outubro. Creio que seria útil que estas duas datas fossem levadas em conta como proposta para ser enviada às Capitais e na próxima reunião podermos já assegurar estas datas que conformam três reuniões, na realidade quatro, com a que já se realizou do Grupo Ad Hoc como prévias para as recomendações que deveriam enviar-se oportunamente ao Conselho de Ministros em matéria de articulação e convergência e perspectivas da ALADI.

Portanto, primeiro desejaríamos deixar fazer constar esta preocupação e depois nos referiremos àquelas reuniões que foram convocadas e que segundo nosso parecer deveria existir alguma análise "plus" frente a estas reuniões. Nesta matéria nos referiremos depois ao tema das normas de origem, que já foi ratificada para 11 e 12 de agosto, mas desejaríamos alguns comentários sobre os documentos de base.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Quanto à proposta do Embaixador Sabra, de uma espécie de quorum mínimo de assistência de técnicos, tanto para reuniões de comissões assessoras quanto para reuniões de grupos de peritos, a Representação do Brasil acredita que é uma idéia muito válida para dar maior consistência, maior peso a essas reuniões. Isso quanto às idéias de ordem geral. Estamos de acordo com o quorum proposto, uma assistência mínima de seis técnicos para que se realizem as comissões assessoras; estamos dispostos a apoiá-lo integralmente. E nos parece que o mesmo quorum deve ser aplicado aos grupos de peritos: igualmente seis. Essa seria nossa observação à proposta argentina.

Quanto à referência sobre a Comissão Assessora de Valoração Aduaneira, suspensa a última hora, creio que é bom -nossa observação como Representação- que se siga minimamente os requisitos formais. Parece-nos que esse adiamento, essa suspensão de última hora da reunião de Valoração Aduaneira, foi tomada de uma maneira muito informal. Gostaríamos de sugerir que se procedesse sempre com alguma formalidade. A Representação do Brasil foi informada sobre a suspensão e não houve nenhum rito formal que pudesse substanciar esta suspensão. Então, perante qualquer tipo de suspensão de reuniões, a Representação do Brasil sugere que se observem sempre requisitos formais mínimos.

Sobre Nomenclatura, nesta linha de formalizar minimamente as decisões do Comitê, evidentemente apoiamos de bom grado a idéia do Senhor Embaixador Sabra de que haja um projeto de resolução suspendendo esta reunião para fazê-la mais adiante.

Quanto à idéia de fixar aqui outras datas para futuras reuniões, tanto de responsáveis pelas políticas de integração quanto do Grupo Ad Hoc, entendemos que talvez o melhor caminho seja deixar que os próprios responsáveis pelas políticas de integração, quando se reúnam, no final de sua reunião sugiram ao Comitê uma nova data para convocar o grupo para uma segunda vez; e nós como Comitê, evidentemente levaríamos em conta a sugestão dos responsáveis pelas políticas de integração. O mesmo se aplicaria sobre o Grupo Ad Hoc, como fizemos agora: reunimo-nos como Grupo Ad Hoc. O Grupo Ad Hoc se reuniu, no final deliberou sobre uma sugestão de datas, e o Comitê se pronunciou sobre essa sugestão de datas. Creio que esse método é o método formalmente mais adequado e que evita maiores discussões em nível do Comitê.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Também para referir-nos à proposta do Senhor Embaixador Sabra, que coincide muito bem com a da Representação do Brasil.

Creio que é uma tentativa de normalizar ou de formalizar procedimentos porque de outra maneira estaríamos muito tentados a tomar decisões de caráter improvisado, com uma série de conseqüências que realmente, pelo menos, surpreenderiam mais de um.

Desejaria tocar um ponto quanto a esta proposta a respeito do que é a experiência das reuniões de peritos governamentais ou de grupos de trabalho de peritos para temas específicos que são de especialização.

Se ficássemos neste nível da proposta, segundo a experiência que temos -e o revisássemos e isto está sujeito ao que nos confirme a Secretaria- tenho a idéia de que não tivemos quorum na maior parte das reuniões deste ano; e se vamos um pouco à história, não sei se realmente tivemos as sessões com quorum. Tenho a impressão de que as temos realizado sem quorum. Então, o problema é que com a medida que estamos sugerindo não estamos chegando exatamente à raiz do problema, porque deve ter outra causa. A que se deve que não alcancemos o quorum em temas sumamente especializados, sumamente de interesse, onde é necessário a interação com as Capitais para que realmente nos estejam dando os elementos de atualidade? Colocar-lo-ia nesses termos, Senhor Presidente. Este é o cerne do problema. De que pode depender, não sabemos. Algumas das idéias expostas anteriormente aqui são que alguns dos países não contam realmente com suficientes técnicos em algumas épocas do ano, diremos, porque os técnicos vão para outras reuniões, porque vão para o GATT, porque vêm para cá ou vão para lá.

Poderia ser que também fosse um problema de interesse, embora realmente não esteja questionado de nenhuma maneira o interesse dos países em atender o programa de trabalho da ALADI. Mas, pode ser uma série de questões. Não sei se na medida em que se está propondo poderíamos acrescentar uma folha, nos seis dias prévios, onde se diga exatamente o resultado da gestão e as razões pelas quais o país não está em condições, nesse evento, de enviar uma participação. Essa seria a proposta.

Representação da BOLÍVIA (Roberto Finot). O que nos preocupa, realmente, é a seriedade das convocações do Comitê de Representantes. Adicionalmente, que essas convocações finalmente possam ser também suscetíveis de cumprimento a discreção, se se quer. Ou seja, diretamente se uma semana antes, que não é o costume, nem muito menos, no Comitê, confirmar a participação de delegados às reuniões técnicas ou reuniões de peritos, definitivamente vamos paralisar as atividades da Associação. Sinceramente não teríamos maior objeção, mas, sim, efetivamente nos preocupa. E pura e simplesmente desejaria referir-me, por exemplo, a todas as sessões do Grupo Ad Hoc de Representantes Governamentais, as oito sessões, ou sete sessões que houve desse Grupo Ad Hoc. Não sei se efetivamente houve quatro, o máximo, em algum caso, de seis delegados das capitais, que hajam participado seis delegados das capitais foi definitivamente a exceção.

Na reunião que tivemos do Grupo Ad Hoc, na semana passada, vieram três delegados das capitais. Realizou-se essa reunião e pensamos que o que se avançou nessas sessões, nessas jornadas de trabalho, justificou sob todo ponto de vista a realização dessa reunião. Por isso é que pensamos que, sim, que efetivamente o ótimo seria adotar uma determinação a respeito destas matérias, porque talvez os sucessos de algumas reuniões sejam somente casuais, mas não respondem a um trabalho prévio.

Apoiariamos em todos seus termos, não obstante a experiência e a preocupação desta Representação, no sentido de que uma determinação desta natureza, poderia derivar na paralisia definitiva desta Associação, apoiamos total e plenamente que devem existir, não somente uma assistência e uma acreditação de quatro ou seis técnicos, ou de quatro ou seis responsáveis pelos temas e as matérias que devam ser tratados neste Comitê, senão inclusive do quorum mínimo necessário, ou seja, de oito Representações. Em todo caso, se não chega a esse nível, não se coloca um clichê, diríamos, de que efetivamente estão sendo feitas as coisas, quando na realidade não se estão fazendo. Então desejariamos que se refletisse muito claramente a respeito deste tema, que se adotasse uma determinação, e que essa determinação fosse realmente a que nos permita comprometer, sob todo ponto de visto os agentes tanto público quanto privados que têm que estar comprometidos neste processo. Se isto vai nesse sentido, estamos totalmente de acordo em que seja feita uma resolução nestes termos, que se prepare um projeto de resolução nestes termos e que isto seja do pleno conhecimento de nossos Governos, para seu cumprimento realmente efetivo; que não estejamos corrigindo dentro de uma semana a determinação que estamos tomando sobre esta matéria, que pensamos que deve ter realmente sua verdadeira dimensão.

PRESIDENTE. A preocupação de Vossa Excelência é compartilhada por todos os senhores representantes e inclusive pela Presidência.

Consideramos que embora seja necessário dar à Secretaria uma faculdade discrecional para poder atuar nestes casos de ofício, isto não significa que seja feito sem ter muito presente

o imperativo de avançar na concertação e nos acordos em matéria de normas técnicas através dos grupos de peritos. Creio que qualquer medida que for adotada será sobre esse entendido; ou trata-se de reunir o maior número de peritos para que eles possam dar o tratamento adequado aos temas técnicos e concertar as posições que finalmente haverão de ser assumidas pelo próprio Comitê.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas). Uns breves comentários sobre as diferentes coisas que se estão mencionando aqui.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, minha Representação concordaria com o pedido da Secretaria-Geral de suspender esta reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura.

Em segundo lugar, a proposta feita pelo Senhor Representante da Argentina, embora seja certa têm algumas vantagens, por outro lado gerará problemas de ordem prática. Compartilhamos de que há necessidade de ir normalizando as convocações das reuniões das Comissões Assessoras e das reuniões de peritos. Mas, que acontece, Senhor Presidente, na prática? Estamos determinando que se realize uma reunião, um número mínimo de peritos que estejam participando mas, não é o problema do quorum, porque o quorum pode dar-se com a presença dos Representantes Permanentes aqui.

O problema é como garantir a concorrência dos peritos de nossos países nas datas que nós, como Comitê de Representantes, vamos determinando. Na essência para mim esse é o problema. Há uma série de razões que não conviria neste momento analisar o porquê em determinado momento não está presente o perito de algum país; podem ser razões de que está ocupado com outras reuniões, podem ser razões de tipo financeiro e por último podem dizer: "para isso estão os senhores lá".

De tal maneira que há que tratar de harmonizar todos esses aspectos, e creio que a essência está em encontrar a melhor oportunidade na qual possam encontrar-se os peritos de nossos países. Mas, qual é a melhor oportunidade? Essa é a parte mais complexa e mais difícil, Senhor Presidente, chegar a determinar, de tal maneira que venha garantido o sucesso e essa reunião seja produtiva.

Em algum momento tínhamos mencionado a conveniência de ir juntando as reuniões, de fazê-las por temas, por etapas, uma semana inteira, porque às vezes são os mesmos peritos os que devem atender dois ou três pontos que estão na agenda da ALADI.

De tal maneira que convidaria ao Senhor Representante da Argentina a refletir um pouco nisso de ir normalizando que se há quatro não há reunião, se há seis sim há reunião, porque o quorum pode dar-se e as decisões que tome esse grupo de peritos tem que, amanhã, ser convalidadas no Comitê de Representantes e depois ir convalidando-se com a aceitação, com a implementação por parte de nossos Governos.

Creio neste momento, Senhor Presidente, que o problema radica mais na proliferação de reuniões. Há uma carga muito grande na agenda da integração e creio que temos que, lamentavelmente, em muitos aspectos, determinar uma prioridade exata do que é o que queremos fazer e tampouco que tenhamos mandatos muito carregados do Conselho de Ministros. Inclusive, neste momento estou duvidando da conveniência de ter anualmente um Conselho de Ministros, porque se não podemos cumprir com seus diferentes mandatos, porque para isso deveríamos multiplicar as reuniões e se cada ano não podemos apresentar resultados positivos ao Conselho de Ministros, creio que é quase inecessário estar convocando-os cada ano e pedir-lhes que se reúnam cada ano. É um ponto muito importante, Senhor Presidente, e o Senhor Representante da Argentina motivou que entremos mais um pouco ao fundo do caráter das reuniões e ao próprio caráter, se temos poder de convocação para que estejam aqui os técnicos de nossos países, creio que esse é o verdadeiro interesse.

Também pediria, Senhor Presidente, que disponha que a Secretaria tenha a gentileza de lembrar-nos quais as datas propostas pelo Senhor Embaixador da Argentina para a reunião do Grupo Ad Hoc.

PRESIDENTE. Na realidade há duas propostas para reunir o Grupo Ad Hoc: uma, feita pela Representação do México, para a primeira semana de outubro, no início dessa semana ou nos últimos dias da mesma; e a segunda, feita pela Representação da Argentina, para reunir o Grupo Ad Hoc nos dias 27 e 28 de setembro; depois haveria uma segunda reunião de responsáveis pelas políticas de integração nos dias 25 e 26 de outubro.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Um mês depois da do Grupo Ad Hoc.

Representação do CHILE (Leopoldo Durán Valdés). Desejaria reaccionar a algumas das propostas feitas hoje.

Em primeiro lugar, minha Representação não tem nenhum inconveniente, pelas razões que a Secretaria forneceu, no adiamento da Comissão Assessora de Nomenclatura, para o qual, como muito bem sugeriram, seria necessária uma medida formal e não uma simples comunicação.

A respeito da reunião de responsáveis pela integração desejáramos apoiar o manifestado pelo Senhor Representante do Brasil, no sentido de que sejam os próprios responsáveis pela integração, em sua reunião de 1º e 2 de setembro, os que tomem uma decisão firme sobre uma data para uma segunda reunião neste ano.

Também desejaria responder ao consultado pela Senhora Representante da Colômbia sobre que peritos estão vindo para origem. Posso assinalar que do Chile vêm dois peritos.

A respeito da suspensão das reuniões compartilho com o manifestado pelo Senhor Embaixador da Argentina, de que é

indispensável ter alguma formalidade para tomar decisões, particularmente de suspensão. Minha Representação não ficou muito contente com a suspensão da Reunião da Comissão de Valoração Aduaneira, feita em forma oficiosa, quando o perito chileno já estava praticamente preparando-se para vir. Portanto, considero que, sem pronunciar-me sobre o número de peritos ou de técnicos que viessem, creio que seria útil que este Comitê de Representantes, uma semana antes examinasse esta questão, soubesse quem anunciou sua participação e eventualmente tomasse uma decisão nessa oportunidade.

Creio que para convocar ou para incentivar a vinda de peritos, como já conversamos alguma vez em reunião informal, seria muito útil que estas reuniões que se convocam tenham objetivos muito claros, muito precisos, e evitemos que as reuniões continuem reiniciando-se cada certo número de meses ou de ano em ano, sem avançar em forma muito clara.

Por último, como periodicamente estamos tomando decisões a respeito de reuniões, creio que seria útil, e por seu intermédio, peço à Secretaria, que faça um novo documento da Revisão 4, no qual constassem as reuniões previstas durante o presente ano.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Quanto a nossa proposta sobre a reunião do Grupo Ad Hoc e a de responsáveis pela integração com essas possíveis datas, creio que não teríamos inconveniente em incorporar-nos às reflexões do Brasil e do Chile, no sentido de que na primeira reunião de responsáveis pela integração eles assinalem a necessidade de uma nova convocação, mas sempre é útil ter datas para sugerir porque dessa maneira alcançamos o consenso. Portanto, continuamos mantendo estas datas como alternativas para essas convocações.

Quanto ao número de peritos, quero ir um pouco à análise da natureza destas reuniões.

Na Comissão Assessora sobre Valoração Aduaneira ou na Comissão Assessora sobre Nomenclatura nossos peritos estão tomando decisões que imediatamente se aplicam em nossos países, e portanto, requer-se a presença de, pelo menos, a metade mais um de nossos parceiros em termos de técnicos que virão analisar estes temas. Por isso é que sugerimos a proposta de que pelo menos seis técnicos devem estar, sem prejuízo de que as outras representações que não vêm com seus técnicos estejam representadas por suas Representações Permanentes.

Diferente é o caso dos grupos de peritos; os grupos de peritos, igual que os grupos criados em nível do Comitê de Representantes são assessores do Comitê de Representantes e pode dar-se em muito casos que por razões de distância, por razões de compromisso de nossos técnicos em nossos países não possam vir, mas não se pode deter um processo de análise e, pelo contrário, sim, podem enviar-nos instruções. Nestes casos diminuímos as pretensões da presença dos peritos.

Na realidade, o Comitê criou este grupo de técnicos com base na experiência de que não podia resolver muitos temas pela complexidade dos mesmos, mas nós estamos recebendo ultimamente, em nossas Representações, funcionários de comércio ou de economia que continuam manejando estes temas e que com uma instrução devida podem perfeitamente vir e continuar com estes temas. Porque se nós pretendemos que haja seis peritos em todos estes casos, diria-lhes que não haverá mais reuniões, em muitos casos não haverá mais reuniões, e estamos paralisando a Associação com nossas próprias pretensões.

Por isso é que insistimos em que no caso da Comissão Assessora por sua natureza intrínseca tenha que haver um quorum de seis peritos, não é quorum de presença de seis peritos, porque o quorum é dado pelas Representações, como assinalou a Representação do Equador. Igual que no caso dos grupos de peritos, pensamos em quatro. Sim, dar-lhe a formalidade de que uma suspensão deva realizar-se pelo menos, uma semana antes.

É muito difícil voltar a reunir-nos no Comitê para fazer essa formalidade. Por isso é que se estabelecêssemos estas pautas, a própria Secretaria seria a que estaria em condições de ver se se suspende ou não uma reunião por esta falta de presença de peritos.

Sem prejuízo das outras convocações que serão analisadas posteriormente, queríamos incorporar três novas datas para três grupos de peritos: trânsito aduaneiro, normas técnicas e aspectos sanitários e fitossanitários.

Para o caso do trânsito aduaneiro, que é um grupo de peritos, estamos sugerindo 3 e 4 de outubro.

Para o caso das normas técnicas estamos sugerindo 8 e 9 de setembro.

Queremos fazer lembrar que estas datas que estamos sugerindo foram propostas pelo próprio grupo de peritos em sua reunião anterior, onde manifestavam que desejavam que fossem convocados na primeira semana de outubro, no caso de trânsito aduaneiro e na primeira quinzena de setembro, no caso de normas técnicas.

E para o caso de aspectos sanitários e fitossanitários, queríamos propor que fosse constituído um grupo do Comitê de Representantes para que a Secretaria nos pudesse informar sobre os avanços obtidos a nível do GATT, especialmente a Rodada Uruguai, e em que medida seria necessário na ALADI avançar, também, nestes aspectos já que em muitos acordos de nova geração estão sendo incluídos estes temas fitossanitários.

Representação do PARAGUAI (Carlos Galeano Ferrone). Moção de ordem.

Senhor Presidente, a Representação do Paraguai deseja fazer uma moção de ordem. Não vamos entrar em exposições. Senhor Presidente, estamos no quinto ponto da ordem do dia que estabe-

lece claramente sobre um tema: temos que referir-nos ao adiamento da quarta reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura; temos um projeto de acordo e creio que as representações devemos pronunciar-nos se estamos de acordo ou não.

A Representação do Paraguai como as Representações da Argentina e do Equador, que se manifestaram, está de acordo com o adiamento, com uma data a determinar. As outras questões, que também são de nossa incumbência e vamos expedir-nos, queremos que passem a "outros assuntos" e tratar os diferentes pontos.

Conseqüentemente, solicitamos, Senhor Presidente, por seu intermédio, que as Representações manifestem se estão de acordo ou não com este projeto de acordo.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Efetivamente, a Secretaria-Geral distribuiu há pouco um projeto de acordo para o adiamento da quarta reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, sine die propriamente, à luz das explicações pormenorizadas dadas pela Secretaria-Geral sobre a conveniência de esperar uma data no próximo ano.

Está a consideração dos Senhores Representantes este projeto de acordo. Submeto-o a votação.

Pela afirmativa? Vota-se: unanimidade. Por conseguinte, ficaria registrado com o nº 178 e seu texto faz parte da presente Ata.

"ACORDO 178

O COMITE de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Acordo 175 deste Comitê e o documento ALADI/SEC/DI 582,

RESOLVE:

Adiar a quarta reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura para uma data a ser determinada."

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló). Obrigado, Senhor Presidente.

Votamos o acordo que acabamos de aprovar no sentido de que a proposta feita pela Secretaria é muito acertada, que merece ser estudada um pouco mais e que faltam elementos para estudar a nomenclatura, à luz dos avanços no Comitê do Sistema Harmonizado.

Mas, Senhor Presidente, queremos reiterar o que em alguma outra reunião expusemos que são três coisas: primeiro, a urgên-

cia em distribuir a documentação necessária da emenda, porque isto faz com que os países também possam ir fazendo em suas legislações internas os ajustamentos necessários, que os blocos sub-regionais possam ir estudando também para fazer os ajustamentos pertinentes.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, entendemos também que seria necessário conhecer o texto do Convênio de Diretores Nacionais de Alfândegas da América Latina, Espanha e Portugal, proposto pela Secretaria-Geral, os avanços obtidos com relação à versão única no idioma espanhol. É um tema que preocupa muito a minha delegação e que repercutirá, indubitavelmente, na nomenclatura da Associação e também nos blocos sub-regionais.

E, em terceiro lugar, Senhor Presidente, queríamos também solicitar à Secretaria-Geral que tivesse a gentileza de quando efetuar a distribuição da Emenda II da versão do projeto versão única em idioma espanhol, faça comentários sobre a Emenda II com relação aos avanços que se estão obtendo no âmbito da Secretaria do Convênio, já que ambos estão projetados para vigorar a partir de primeiro de janeiro de 96 e deve haver uma simetria completa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. A Secretaria, que fará uso da palavra depois, nos comentará, logicamente, estes pontos.

Representação do PERU (Guillermo Fernández-Cornejo Cortés). Senhor Presidente, tinha pedido a palavra, para não somente aceitar o adiamento sine die da reunião sobre nomenclatura que tínhamos aprovado por unanimidade, senão também para comentar o propósito da proposta do Representante da República Argentina, corroborado depois pelo Brasil, México e, principalmente, pelo ilustre Representante do Equador.

Creio que não podemos pensar simplesmente em pôr regras sobre -eventualmente quorum- participação mínima de peritos; porque o quorum, finalmente, já sabemos, manifestou o Embaixador do Equador, se faz com os Representantes aqui acreditados em forma estável.

O que queria dizer-lhe, Senhor Presidente, é que talvez valha a pena refletir por que não vêm muitos técnicos. E isso está vinculado não somente com motivos conjunturais no que se refere a oportunidade, mas também com razões de tempo no deslocamento das pessoas.

Há um momento tinha solicitado à Presidência a possibilidade de aproximar duas reuniões. Obviamente, para muitos é um pouco exótico ter uma pessoa que se refira aos aspectos "normas de origem" vinculado com a política de integração. Mas, lamentavelmente, para meu país e para a escassez de técnicos nestas matérias, é possível que a pessoa que tem a ver com a responsabilidade da integração -digo assim, um pouco aprioristicamente porque não recebemos razões para solicitar esta aproximação- seja ao mesmo tempo técnico em questões de origem.

De qualquer maneira retirei esta proposta para evitar uma discussão na nova distribuição de datas das diferentes reuniões pendentes.

Mas, volto à preocupação do Embaixador Cabezas, que é a minha: às vezes estamos em condições de revisar se vamos cumprir com todas estas reuniões a nível técnico, e se não as vamos cumprir nos estamos enganando a nós mesmos, ajustando datas a priori sem a aprovação de nossas chancelarias.

Para alguns países é muito fácil vir, atravessar o Rio de la Plata ou o Rio Uruguai ou passar pelo Chui, inclusive por terra, mas para os países que estamos um pouco afastados - e me refiro, precisamente ao país da Presidência, ou à Venezuela ou ao meu- a coisa é mais difícil.

Então, creio que valeria a pena que falássemos sinceramente um pouco, não nesta reunião formal, mas talvez em algumas consultas com a Secretaria-Geral. Até que ponto os países como o Peru e outros estamos em condições de cumprir com peritos em momentos de tomar uma decisão sobre uma data. Estou disposto a conversar com o Secretário-Geral para falar sobre este tema e tenho certeza de que outras Representações estarão nas mesmas condições.

Oxalá se possa fazer isso para poder depois propor em outra reunião uma idéia mais clara sobre as que restam. E, por outro lado, em princípio, minha representação propõe que sejamos menos generosos no momento de propor ao Conselho de Ministros que disponha a reunião de tais e tais avanços em tais e tais temas sem levar em conta a possibilidade física de que isto se possa resolver em apenas um ano.

Nesse sentido, apóio novamente o Embaixador do Equador e estou de acordo com ele em que teríamos que fazer uma espécie de exame de consciência de nossas próprias possibilidades.

Muito obrigado.

Representação do MEXICO (Juventino Calderas). Também para apoiar agora as idéias do Representante do Peru e as anteriores que foram expostas aqui na mesa.

Apoiamos, logicamente, o ponto da agenda, como nos observa o Representante do Paraguai e, portanto, consideramos que todas as idéias que recolhemos até agora são bastante significativas e dão uma contribuição muito importante a um dos problemas que se está ventilando como um problema de fundo na ALADI. Sugeriríamos, portanto, que toda esta discussão fosse retomada em uma próxima sessão como um ponto de agenda especial e com informação da Secretaria onde houvesse opções de solução a este problema que, insistimos, é muito de fundo, avançou muito e foi beneficiado por uma série de idéias aqui expostas.

O último comentário é que somos otimistas; ou seja, sentimos que estamos vivendo épocas de mudanças, de mudanças vertigi-

nosas onde o que não tínhamos antes, agora forçosamente devemos tê-lo porque queremos estar dentro dessas mudanças e nossos peritos que ontem não o eram, devido às circunstâncias se estão tornando peritos pelo requerimento das mudanças.

Por conseguinte, creio que todos os países temos esse tesouro, esse acervo técnico; não me preocuparia tanto e creio que a mudança nos obriga a ter a capacidade de resposta.

Preocupa-me também um pouco mais a questão de informação que estou sugerindo que faça a Secretaria, que é a parte da demanda. Ou seja, até onde nos deveríamos comprometer a tomar indiscriminadamente todos os temas, porque estão na moda ou porque não estão na moda ou porque o GATT os aventou "com um grito" e nós não desejaríamos senão estar no eco ou mais adiante.

Creio que há um esforço de programação, de hierarquização, que a Secretaria o tem bem visualizado e que pode dizer: "olhe, os temas importantes são cinco". E nesses cinco, sim vamos nos comprometer.

Enfim, esse tipo de considerações vem à mesa simplesmente porque sim desejaríamos dar uma solução ao problema e sentimos que até agora as propostas que foram apresentadas representam necessariamente a solução, como bem manifestaram as pessoas que me antecederam. Em certo momento estamos forçando a situação unicamente para uma paralização nesse aspecto da ALADI; não queremos isso, queremos que a ALADI continue para adiante.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Naturalmente, qualquer avanço que possamos concretizar sobre estes temas que mereceriam ser discutidos mais adiante, seria com base na participação da Secretaria com propostas específicas e com o estudo dessas diferentes propostas para que pudéssemos consultá-las com nossas capitais.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Obrigado, Senhor Presidente. Na realidade tenho alguns pensamentos contraditórios porque quando o Embaixador Sabra, lamentavelmente, teve que retirar-se, ia fazer uma intervenção sobre sua reflexão, que depois continuou muito bem o Embaixador Cabezas; agora o Embaixador do Peru e o Representante do México. Mas, depois considerei muito boa também a proposta do Paraguai de decidir em cada tema ou ponto da agenda pela sua ordem.

E neste momento volto a ter pensamentos contraditórios porque não sei que ponto estamos discutindo: o ponto 6, o 7, o 8, o 9 ou o 10. Porque ninguém falou da convocação da segunda reunião de peritos anti-dumping; ou seja, todas as idéias foram muito boas, mas não se falou do que está na agenda. Então, não sei, em primeiro lugar, qual é o ponto que está em discussão neste momento, fato que nos indica que estamos um pouco perdidos nós mesmos.

Creio que esse fato nos leva a que seja muito pertinente o que foi dito; isto é, quando digo que estamos perdidos é porque creio que talvez estejamos exigindo-nos coisas que não podemos fazer ou que não podemos cumprir e a isso se referiu recentemente o Embaixador do Peru.

Vejo que há uma série de reuniões: vamos continuar convocando-as e adiando-as, inclusive para países que devem atravessar o Rio de la Plata ou o Chui, porque não é um problema de distância senão também um problema de compromissos; é um problema que acontece conosco, imagino que acontece a todos os senhores. Por exemplo, um tema que foi apresentado aqui: alfândega. O tema "aduanheiro" não é manejado por nós diretamente, digamos pelos organismos com os quais a Representação da Venezuela junto à ALADI tem a ver todos os dias, senão que temos que comunicarmos com nosso Ministério, com nosso Ministério de Comércio Exterior que, ao mesmo tempo, tem que entrar em contato na Venezuela com os funcionários do Ministério da Fazenda que são os encarregados dos assuntos aduanheiros. Se aqui estamos tratando sobre a convocação de turismo devemos entrar em contato com eles para saber se lhes interessa ou não o assunto. Ou seja, há impossibilidades, repito, não somente de distância senão burocráticas.

Então, creio, na verdade, que isto foi muito interessante. Por isso dizia que tinha pensamentos contraditórios, por um lado, de resolver o fundo do assunto e, por outro, estou vendo aqui que estamos convocando a segunda reunião de peritos governamentais sobre normas anti-dumping, que discutimos muitas vezes, que temos um documento já bastante concluído, podemos convocá-la, se me propõem agora a data eu a voto. Mas, poderíamos buscar alguns caminhos no sentido de que elaborado um documento possamos enviá-lo às capitais e dizer-lhes: "senhores, dentro de xis dias os países ...", porque por algo nos chamamos Representantes e não fazer que venha ninguém do México ou da Venezuela para que discuta novamente aqui sobre anti-dumping, que é o que vai ser discutido outra vez.

Por isso dizia o Embaixador Sabra que nos enviassem e nos dissessem que no documento xis, número tal, sobre anti-dumping, acreditamos que deveria acrescentar-se ou eliminar-se tal parte, então a Representação da Argentina, da Venezuela ou do México ou do Equador vem, diz e defende essa posição de seu Governo. Eu lhes manifesto que estou em condições, sem que venha nenhum perito, de discutir todos os temas que estão aqui pendentes, exceto o de nomenclatura. Mas anti-dumping, harmonização e incentivos, o problema de controvérsias, pelos documentos que temos e com o que nos enviem nossas capitais creio que estamos perfeitamente em condições de tratá-los fixando um tempo.

Isto é, desejo manifestar que isto chama a atenção no sentido de se não estamos equivocando o caminho. Se não é melhor que a Secretaria aperfeiçoe os documentos e cada um de nós comprometa suas capitais e comunicar-lhes que controvérsias vão ser discutidas em tal data, em 30 de outubro. Queremos, pelo menos no procedimento administrativo venezuelano o silêncio

significa afirmação, caso não tenha chegado nenhuma observação votar aqui em favor disso. Ninguém vai poder discutir-me amanhã, nem questionar-me porque lhes dei o tempo suficiente para que me fizessem qualquer observação.

Mas, creio que vamos continuar com isto e creio que é muito mais importante que nos dediquemos a nossas próprias reuniões, aos mandatos que temos. Não me preocupa muito se da última reunião do grupo Ad Hoc participaram três ou quatro capitais; pareceu-me que foi uma reunião sumamente produtiva porque contribuíram tanto os que vieram das capitais como os que estavam presentes aqui. Acho que foi uma reunião sumamente produtiva creio que aí ficou um trabalho. Tenho interesse em que nos reunamos agora; é muito importante esta reunião que se acaba de aprovar dos Responsáveis pela Integração. Devemos fazer um esforço para que se venda essa reunião, bem como a do Grupo Ad Hoc.

Ou seja, creio que essas são reuniões em si. Mas, o assunto dos peritos vai acontecer com a de alfândegas, com outras, repito, não porque não seja, senão porque creio que já se avançou bastante. Em segundo lugar, porque creio que, para o bem de nossa Secretaria, o que vão dizer os peritos não vai mudar muito mais do que já a própria Secretaria-Geral avançou. E, em terceiro lugar, que muitas observações podem ser enviadas através de fax, dos currier, etc., de Caracas, de Bogotá, do México e não nos frustraríamos porque tudo está vindo para aqui para e desconvocar reuniões. Creio que vamos estar em dia. Creio que o que aqui estamos fazendo é convocar e desconvocando reuniões e isso vai continuar acontecendo.

Coincido com a reflexão inicial do Embaixador Sabra e ao mesmo tempo com o manifestado enfaticamente pelo Representante do Paraguai: "senhores, ou convocamos ou desconvocamos, mas não podemos estar aqui toda a manhã refletindo e dizendo que convocamos ou não convocamos". Já são doze e quinze e o que fizemos é isso.

Mais ainda, quando vi a ordem do dia, se não teria me sido porque havia um problema de cortesia pendente, a recepção dos ilustres Embaixadores de Cuba e Guatemala, teria me dedicado exclusivamente a homenagear a memória do Embaixador Nogueira Batista, mas quando vi a agenda e, principalmente, quando vi que estava pedindo isso, os demais pontos eram para convocar ou desconvocar reuniões. Podemos fazer isso amanhã ou depois de amanhã, porque não há nenhuma urgência. Peço desculpas por ser impertinente, mas faço isto um pouco para ver se refletimos nesse sentido e determinamos que coisas devemos, na verdade, tratar.

Colocaquemo-nos na realidade presente. Por exemplo, nós estamos aqui falando de tudo isto e sabemos que todo o trabalho do MERCOSUL já o teve o Grupo Andino, o Grupo dos Três -a reunião do Grupo dos Três se rompia hoje e se reiniciava amanhã-; eu lhe asseguro que o Uruguai agora está muito mais preocupado com o problema do MERCOSUL que com o problema, digo

assim honestamente e tem que ser assim porque os Presidentes do MERCOSUL vão se reunir dentro de cinco dias e asseguro-lhes que é mais importante para eles como vai terminar isso, como o Grupo dos Três que finalmente foi resolvido praticamente por telefone.

Muitas vezes estamos discutindo e parece que nós estamos por um lado e os demais por outro. Então, desejo ver se podemos neste Comitê que a Secretaria nos reatualize o calendário apresentado para ver quais são viáveis e quais não.

Isso de que, por exemplo, não se avisa uma semana antes, sim dois dias antes, isso não é possível, tampouco podemos estar suspendendo reuniões em uma semana porque aquele que não veio já não veio e aquele que vem já tem suas medidas tomadas para vir, então repito, é um pouco o chamado. Sei que me motivou a reflexão do Embaixador Sabra e o manifestado pelo Embaixador Cabezas, pelo Embaixador do Peru, do México, mas creio que isto deveria ser eliminado desta agenda para retomar o caminho porque estamos em agosto e temos mandatos muito precisos de que vamos fazer na Reunião de Responsáveis pela Integração, que vai fazer novo Grupo Ad Hoc, que vamos trazer ao Conselho de Ministros. Creio que nossos esforços fundamentais deveriam estar aí e o resto que nos ajude a Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. A mesma preocupação que o senhor manifestou é de todos os senhores Representantes. Justamente nesta agenda tão ampla, onde há tantos pontos referentes a reuniões, convocações e não convocações surgiu o tema que retomaremos em uma sessão, que a Presidência sugeriria que fosse privada, talvez, na segunda-feira da próxima semana, mas acredito que o debate de hoje esclareceu bastante muitos aspectos mais ocultos desta questão e estes aspectos servirão para que possamos avançar e oportunamente trazer ao Comitê decisões concretas ou propostas concretas para adotar decisões concretas.

Continuamos com a agenda e o ponto número seis, mas antes ofereço a palavra à Senhora Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Noemí Gómez). Com a anuência do distinto Representante do Paraguai desejaria referir-me dois minutos para completar a proposta do Embaixador Sabra. Creio que deveríamos diferenciar, talvez, a questão de fundo e a de forma. Para resumir a questão de fundo diria que como dizem os advogados: você será o que deve ser ou senão será advogado, como é o meu caso, o interesse na medida da ação. Assim que as distâncias ou os compromissos são relativos.

Com relação à forma creio que é algo que indicou a proposta do Embaixador Sabra, ou seja, como nos aconteceu ultimamente que as reuniões se suspendem quando estão chegando os peritos e ficamos sabendo uma sexta-feira às cinco da tarde que se suspende uma reunião que começaria na segunda-feira. Na realidade ao que apontou esta proposta foi a fazer um rulling a fim de saber em que caso vão ser suspensas, justamente apontando para isso, mas, logicamente, merece numerosas restrições.

PRESIDENTE. Para o ponto seis gostaria de oferecer a palavra ao Senhor Representante do Equador porque deseja fazer-nos um convite muito cordial em nome de seu Governo que foi incluído na ordem do dia, mas creio que é muito útil que ele nos dê alguns elementos adicionais.

6. Convocação da Segunda Reunião do Conselho de Turismo da ALADI (ALADI/SEC/Proposta 613).

- Oferecimento do Governo do Equador para ser sede da reunião do Conselho de Turismo da ALADI.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Senhor Presidente, minha representação recebeu uma instrução muito concreta de meu Governo para que transmita ao Comitê de Representantes um oferecimento para que o Conselho de Turismo da ALADI realize sua segunda reunião no Equador ao mais alto nível. Isto é, que o Conselho se reúna entre 17 e 23 de outubro. Solicito que seja levado em conta esse período pela seguinte razão: o segundo Conselho de Turismo estaria reunindo-se cinco anos depois da primeira reunião que teve lugar aqui em Montevideu e se propõe estas datas porque existe a intenção do Governo equatoriano de que nessa oportunidade se faça uma viagem às Ilhas de Galápagos, mas isto estaria também sujeito a que houvesse um número importante de representantes de alto nível dos Governos.

A esta reunião, Senhor Presidente, também seriam convidados alguns organismos regionais: o CATURS, SETURA, COTASUL, COTAR, OMT e ALADI e os principais operadores turísticos da região.

O Ministro de Informação e Turismo do Equador fez contatos com algumas autoridades responsáveis por este setor durante a última reunião da COTAR em Madri, e manifestaram seu apoio para que esta reunião do Conselho se realizasse em Quito. O projeto de agenda, senhor Presidente, senhores Representantes, proposto pela Secretaria-Geral e que está em nosso poder, diz da importância que tem esta reunião, mais ainda se temos presente que o comércio de serviços de nossa região começou a tomar um lugar destacado e o turismo é um componente fundamental do tema dos serviços, bem como a geração de novas correntes como o turismo cultural, ecológico e social.

Por outro lado, também o objeto desta reunião seria avaliar as atividades desenvolvidas em cumprimento do Programa de Ação de Turismo que tem a ALADI e estabelecer uma adequada coordenação dos trabalhos que se desenvolvem tanto a nível do Grupo Andino, como a nível da Comissão de Turismo da América do Sul, do Tratado de Cooperação Amazônica e da ALADI. Desta maneira se trataria de evitar a duplicação de esforços e coordenar adequadamente as atividades do Turismo nos diferentes níveis sub-regional, regional e porque não dizer também hemisférico.

Senhor Presidente, meu país está pronto para receber todas as autoridades de turismo da região e, logicamente, as ilhas encantadas também esperam receber os membros deste Comitê; oxalá nos classifiquemos para essa reunião.

Antes de concluir desejo expressar à Secretaria-Geral o agradecimento de minha Representação pela apresentação deste documento que está na proposta 163. É um documento muito preciso, muito claro que se lê em poucos minutos, oxalá todos fossem desse estilo que satisfaz quando se tem esse tipo de documentos em seu poder, em poucas palavras se diz tudo. Por isso felicito à Secretaria-Geral, Senhor Presidente.

Representação do PARAGUAI (Carlos Galeano Perrone). A Representação do Paraguai deseja apoiar a proposta da Representação do Equador de convocar a segunda reunião do Conselho de Turismo de 17 a 23 de outubro. Outrossim, Senhor Presidente, no projeto de acordo queremos fazer uma sugestão de estilo: que no artigo 1º seja incluído que se realizará na cidade de Quito, República do Equador, especificar em que cidade, seguindo o estilo dos acordos que aqui são aprovados.

Representação da BOLÍVIA (Roberto Finot). Simplesmente para manifestar também nosso beneplácito para com esta iniciativa e apoiar o projeto de resolução em todos seus termos.

A respeito da realização da emenda sugerida pelo Representante do Paraguai pensamos que foi obviada a menção específica a uma, ou seja, ampliando a sede para República do Equador, porque este evento poderia ter algumas derivações em diferentes cidades ou partes do território do Equador, então, por isso não se mencionava especificamente Quito, mas, obviamente, é o Representante do Equador quem dará sua conformidade a esta emenda. Apoiamos, reitero, o projeto e a proposta em todos seus termos e com a emenda que se considere necessária com relação a solicitar um esclarecimento quanto à sede.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). A proposta formulada pelo Equador é verdadeiramente interessante. A Representação do Brasil, então, neste momento não está em condições de pronunciar-se a esse respeito. Necessitaríamos de algum tempo para encaminhá-la a nossa Chancelaria para que possam ser feitas as consultas adequadas ante as autoridades brasileiras que são as encarregadas da área de turismo. Essa seria a primeira observação.

A segunda observação que a Representação do Brasil teria também para fazer, seria uma indagação que eu faço, através de Vossa Excelência à Secretaria-Geral, que seria a respeito das implicações financeiras que este evento poderia gerar. Nós recém aprovamos um programa de viagens e de eventos a ser cumpridos pela Secretaria-Geral em um programa muito restringido, com dotações muito justas, então, esta preocupação da Representação do Brasil é fazer uma indagação à Secretaria-Geral quanto à viabilidade deste projeto.

Representação do MÉXICO (Juventino Balderas). Também nós felicitamos a Secretaria pelo excelente documento que nos enviou a respeito deste tema. Lamentavelmente também é muito rápido, nós necessitaríamos um prazo para consultar a data da reunião.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Talvez em minha exposição omiti dizer que o Governo do Equador vai cobrir todas as despesas desta reunião. Não são com cargo nas contribuições que nos denunciaram hoje pela manhã, mas, logicamente, efetuar esta reunião demandará algum apoio logístico por parte da Secretaria, isso sim haveria que carregá-lo nas contribuições desta manhã.

PRESIDENTE. A Presidência entende que a proposta equatoriana foi acolhida, embora haja necessidade de fazer consultas especialmente sobre as datas.

Conseqüentemente na primeira oportunidade que houver traremos ao Comitê as respostas das Representações sobre as datas que foram sugeridas.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Vou fazer uma pergunta não sei se à Secretaria ou à ilustre Representação do Equador, se esta data já foi precisamente coordenada com todos os organismos participantes, porque caso seja assim a Venezuela não teria nenhum inconveniente em apoiar já a reunião, mas não sei exatamente se temos corporações de turismo. Queria saber se a data já está estabelecida com base nos trabalhos que tenha adiantado o Governo do Equador e se já está coordenada a reunião, então, a Venezuela não teria inconveniente em dar seu apoio à proposta feita.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Em primeiro lugar, permita-me agradecer às Representações que manifestaram seu apoio ao convite feito pelo Governo do Equador.

Em segundo lugar, sobre a pergunta do Senhor Representante da Venezuela, no projeto de acordo que nos propõe a Secretaria-Geral indica os dias 17 a 19 de outubro e durante a exposição de minha Representação se falou de uma data que compreende toda a semana, porque existiria a possibilidade dessa eventual viagem às Ilhas de Galápagos.

O Senhor Ministro de Turismo do Equador em conversações que teve em Madri com seus colegas, os outros Ministros de Turismo, considerou que essa era a data mais adequada, pelo menos para o Governo do Equador, que me permiti assinalar na semana de 17 a 23 de outubro, mas, logicamente, quanto ao trabalho seria dentro das datas indicadas pela Secretaria-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Para responder uma indagação da Representação do Brasil.

Efetivamente, com base no limite que nos foi dado para viagens fizemos um reajustamento e inclusive diminuimos a participação nessa reunião. Acreditamos que é possível, embora tenhamos que fazer um esforço para conseguir algum financiamento por parte de entidades equatorianas, mas creio que é possível atendê-la com duas pessoas: um membro da Direção da Secretaria e um técnico; dois, porque vão estar autoridades, Ministros, etc., do contrário seria somente um técnico. Isso é o que estamos já enquadrando nos 50.000 dólares de "meeting" que foi estabelecido?

PRESIDENTE. Pergunto ao Senhor Representante do Brasil se ficou satisfeita sua pergunta.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Sim, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Passamos a considerar o ponto seguinte.

7. Convocação e agenda da segunda reunião de peritos governamentais sobre normas anti-dumping (ALADI/CR/PA 61).

Representação da BOLÍVIA (Roberto Finot). Perdão Presidente. A respeito do ponto seis da agenda se não nos pronunciamos sobre a data desta convocação, coisa que se estima totalmente pertinente, pensamos que sim seria prudente, pelo menos, estabelecer uma data na qual sim nos pronunciaríamos definitivamente, ou seja, que não fique para sua consideração sine die, senão que possamos resolver que este ponto de agenda fique para a próxima reunião do Comitê.

PRESIDENTE. Isso é o que precisamente a Presidência comentou há alguns minutos, Senhor Representante da Bolívia. A idéia é trazer este assunto novamente à próxima sessão do Comitê de Representantes.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). A Representação do Brasil pediria quinze dias, porque isso vai levar a consultas a outros órgãos da administração brasileira e tenho receio de que em uma semana, talvez, não possamos ter uma resposta definitiva. Então, sem querer adiar o tratamento do tema eu creio que estamos no início de agosto e quinze dias poderia ser um prazo razoável para que possamos fazer as devidas consultas, e dentro de quinze dias damos uma resposta à Representação do Equador.

8. Convocação e agenda da terceira reunião de peritos governamentais em matéria de harmonização de incentivos às exportações (ALADI/CR/PA 62).

PRESIDENTE. Passamos ao ponto sete e simultaneamente ao ponto oito porque estão vinculados um com outro. Está em consideração do Comitê cada um dos projetos de acordo para convocar a

segunda Reunião de Peritos Governamentais sobre Normas Anti-dumping para os dias 19 e 20 de setembro e o segundo projeto para convocar a Reunião de Peritos Governamentais em Matéria de Incentivos às Exportações para os dias 21 e 23 de setembro.

Isto é, são reuniões consecutivas e, de alguma maneira, aqui estamos atendendo a proposta do Senhor Representante do Peru.

Está para consideração dos senhores Representantes o projeto de acordo número 61 e 62.

Submeto a votação ambos os projetos de acordo.

Representação do CHILE (Leopoldo Durán Valdés). Segundo tem entendido minha Representação ainda não se conhece o relatório da reunião anterior.

PRESIDENTE. A Secretaria confirma que os relatórios foram previamente distribuídos. Conseqüentemente, se não houver algum outro comentário com base no ponto de ordem solicitado pelo Senhor Representante do Chile, reiniciaríamos a votação.

SECRETARIA (Néstor Ruocco). Os relatórios, logicamente, circularam apenas concluíram as duas reuniões. Acontece que estamos inclusive agora complementando com considerações gerais feitas no decorrer da reunião para o qual estamos facilitando a versão gravada das duas reuniões que tivemos, mas o relatório já foi destruído oportunamente.

PRESIDENTE. Os Senhores Representantes que estiverem pela afirmativa tenham a gentileza de manifestarem-se.

Vota-se: Unanimidade.

Por conseguinte, o Comitê de Representantes APROVA os Acordos nos. 179 e 180, cujos textos fazem parte da presente ata.

"ACORDO 179

O COMITE DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA OS artigos 35 e 49 do Tratado de Montevideu e a Resolução 41 (VIII) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO A necessidade de contar com uma norma legal que regule o comércio intra-regional em matéria de dumping e medidas anti-dumping; e

Que na Primeira Reunião de Peritos Governamentais elaborou-se um anteprojeto de Acordo de Alcance Regional de Promoção do Comércio sobre Adoção de Medidas anti-dumping, cujo

texto seria analisado em uma nova reunião, prévio estudo das autoridades nacionais respectivas,

ACORDA:

Convocar a Segunda Reunião de Peritos Governamentais em matéria de Dumping e Medidas Anti-dumping a realizar-se na sede da Associação de 19 a 20 de setembro de 1994, com o propósito de considerar como único ponto da agenda o Anteprojeto de Acordo de Alcance Regional de Promoção do Comércio sobre Adoção de Medidas Anti-dumping, compreendido no documento REG.D/I/Relatório, de 28 de junho de 1994."

"ACORDO 180

O COMITE DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os artigos 35 e 49 do Tratado de Montevideu e a Resolução 41 (VIII) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO A importância que tem para o comércio intra-regional a adoção de uma norma que regule as subvenções, as medidas compensatórias e a harmonização dos demais incentivos às exportações na medida em que não sejam considerados subsídios; e

Que, na Segunda Reunião de Peritos Governamentais em matéria de incentivos às exportações elaborou-se um anteprojeto de Acordo de Alcance Regional de Promoção do Comércio sobre Subvenções e Medidas Compensatórias, cujo texto seria analisado em uma nova reunião, prévio estudo das autoridades nacionais respectivas,

ACORDA:

Convocar a Terceira Reunião de Peritos Governamentais em matéria de subvenções e incentivos às exportações a realizar-se na sede da Associação de 21 a 23 de setembro de 1994, com a finalidade de considerar como único ponto da agenda, o Anteprojeto de Acordo de Alcance Regional de Promoção do Comércio sobre Subvenções e Medidas Compensatórias compreendido no documento REG.IEX/II/Relatório, de 30 de junho de 1994."

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Senhor Presidente, quero fundamentar o voto favorável de minha Representação.

O Equador votou favoravelmente por estas duas solicitações de adiamento sem prejuízo, Senhor Presidente, de que o tema seja tratado da forma indicada por Vossa Excelência antes de concluir a análise do ponto quinto. Porque creio que vale a pena levar em conta as reflexões dos Representantes da Argentina, da Venezuela, do Peru e aprofundar mais o tema. Nesta ocasião aceitamos nesse entendimento, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Senhor Representante do Equador, votamos convocações de reuniões para as datas indicadas.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Senhor Presidente, no título do projeto de resolução que nos enviou a Secretaria, ALADI/CR/PA 62 diz: "Convocação e agenda da Terceira Reunião de Peritos Governamentais em matéria de incentivos às exportações". Não sei se seria conveniente incorporar também "em matéria de subsídios e incentivos às exportações", que são os temas bem identificados no próprio desenvolvimento.

PRESIDENTE. Há uma proposta do México. A Secretaria-Geral coincide plenamente com a mesma. Se não houver observações e atendendo ao princípio que nos fez lembrar o Senhor Representante da Venezuela, seria acolhida essa sugestão no título do acordo.

Representação do PERU (Guillermo Fernández Cornejo-Cortés). Senhor Presidente, na realidade não tenho nenhuma objeção para fazer esse acréscimo. No entanto, "subsídio à exportação" está compreendida quando se diz "dumping". Não é? E como irão juntas, estão concatenadas, creio que ... Mas, igualmente, não há nenhum inconveniente.

Senhor Presidente, queria simplesmente expressar também que votei pelas reuniões previstas nos pontos 7 e 8, as datas, mas que fica subjacente o que se falou aqui claramente e vários Representantes deixaram a aprovação implícita ou explícita como o caso do Embaixador Cabezas, do Embaixador da Venezuela e eu mesmo. Por conseguinte, creio que depois de tudo valeria a pena ter um diálogo bilateral com a Secretaria-Geral, que cada Representação falasse um pouco sinceramente sobre as possibilidades da presença dos peritos correspondentes em função do proposto pela Representação da República Argentina.

PRESIDENTE. A Secretaria-Geral retifica; em todo caso os acordos ficam com os números dados pela Presidência: 179 e 180.

9. Solução de controvérsias (ALADI/CR/106/Rev. 2).

Como o ponto 9 da ordem do dia temos "Solução de controvérsias". Devido à hora tão avançada, a Presidência proposita adiar a consideração do tema já que requer um tratamento muito cuidadoso e pormenorizado e deixaríamos o tema para uma próxima sessão do Comitê de Representantes.

Adiado.

10. Outros assuntos.

PRESIDENTE. Em outros assuntos pergunto à Secretaria-Geral se haveria algum assunto pendente para tratar. Informa-me que não.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Entre outros assuntos gostaria de retomar a data fixada para a reunião de regras de origem em relação à regra reiterada aqui, que seria muito saudável já aplicá-la. Estamos ainda em um período de quase dez dias de estarmos falando de maneira que neste momento seria muito oportuna a sondagem, e todo esse tipo de questões para ver se realmente já podemos armar regras de origem com este tipo de novas idéias.

PRESIDENTE. A Presidência tinha anotado este ponto apresentado pela Colômbia e que sugerimos que fosse tratado precisamente em outros assuntos. Não há dúvida sobre a oportunidade para provar que seria muito eficaz e prático este critério que determinará se se aplica com as modalidades comentadas hoje ou com outras. Conseqüentemente, solicitaria à Secretaria-Geral que nos informasse se recebeu notificações confirmando a participação de técnicos para esta reunião.

A Secretaria-Geral afirma que foram recebidas.

PRESIDENTE. Excelente. Se me permite a Colômbia daria a palavra à Secretaria-Geral para informar-nos sobre as notificações.

SECRETARIA (Néstor Ruocco). Senhor Presidente, recebemos comunicação há duas longas semanas da Representação do México confirmando sua assistência e a designação de especialistas nesta matéria. No dia de hoje o Chile, inclusive, manifestou sua presença nessa reunião de especialistas e temos entendido também que a Representação da Colômbia tem instruções para receber especialistas nesta matéria. Haveria neste momento três Representações e agora o Uruguai confirmará também sua presença, três especialistas ou quatro, pelo menos, com o Uruguai.

Representação da COLOMBIA (María Elvira Pérez de De Castro). Queria referir-me ao convite feito pelo Presidente eleito da Colômbia. Um dos temas mais delicados tratados na última reunião sobre transferência orçamentária do fundo de capital foi precisamente os convites feitos para a posse de Presidentes das Repúblicas, então desejaria fazer alguns comentários.

Sobre o convite feito pelo Presidente eleito Ernesto Samper para sua posse, nossa Representação deseja salientar a importância da participação da Secretaria-Geral. Um dos programas fundamentais do novo Governo é o continuismo no processo de integração e a Colômbia, como todos os senhores sabem, tem sido cenário nos últimos tempos e, de maneira permanente, de importantes acontecimentos integracionistas. Creio que estas são

circunstâncias políticas de suma transcendência para a Associação que requer o apoio contínuo de todos os Governos dos países-membros. Não é simplesmente um ato protocolar, é uma manifestação de apoio à integração. A presença da Associação não passa despercebida e sim é uma prova de seu interesse não apenas na parte econômica e comercial, mas política do que acontece na região.

Nossa Representação solicitaria a compreensão e apoio das demais Representações.

PRESIDENTE. A Secretaria e as Representações registraram com muito interesse a mensagem referente ao convite ao Secretário-Geral para assistir ao ato de tomada de posse do Senhor Presidente Samper.

Reiniciamos então a consideração do tema normas de origem para solicitar às Representações que não se tiverem pronunciado, se têm informação sobre a participação de peritos procedentes de suas capitais.

Representação da ARGENTINA (Noemí Gómez). Por enquanto não, Senhor Presidente. Espero tê-la em breve.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Igual que a Argentina.

PRESIDENTE. O Chile e o México tinham-se pronunciado.

Representação do PERU (Guillermo Fernández Cornejo Cortés). (Não usou microfone).

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Não tenho a confirmação, mas nos informaram que provavelmente venha a mesma pessoa que veio à reunião anterior.

PRESIDENTE. O Uruguai adiantou já sua participação a nível de peritos.

Representação do PARAGUAI (Carlos Galeano Perrone). Estamos esperando em qualquer momento a resposta, por conseguinte dentro das próximas quarenta e oito horas vamos informar, Senhor Presidente.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Não sei se Cabezas ou Jiménez estará aqui.

PRESIDENTE. A Senhora Representante da Colômbia já tinha anunciado a participação de um perito procedente de Bogotá.

Representação da BOLIVIA (Roberto Finot). Nesta semana, a Representação confirmaria a participação de um delegado.

PRESIDENTE. Creio que seria importante que essa reunião se realizasse com a participação de um número importante de peri-

tos. Conseqüentemente solicitamos às Representações que enviem à Secretaria-Geral as creditações recebidas entre hoje e amanhã.

SECRETARIO-GERAL. Para voltar ao tema apresentado pela ilustre Representação da Colômbia. Apenas para informar que a Secretaria se sente muito honrada com o convite do Presidente eleito da Colômbia e como o senhor manifestou, porá todo seu empenho para considerar esse convite.

No entanto, Senhor Presidente, queria manifestar o seguinte: depois da reunião da Comissão de Orçamento fizemos um reajuste das viagens dentro do que se tinha fixado como limite e até esse momento não havia sido considerado nenhum convite para posse; por conseguinte, este convite não está considerado nas viagens programadas até hoje pela Secretaria dentro dos limites previstos.

Por outro lado, inclusive não previmos dentro de nossa programação porque percebemos na discussão da Comissão de Orçamento que houve algumas manifestações que colocariam isso como uma coisa menos prioritária e a Secretaria ficou, então, sem saber exatamente qual é o pensamento do Comitê em relação a esta informação, mas vamos rever o caso e estudar a questão.

Simplesmente para informar, inclusive, para ter em conta o tipo de indagação feita, por exemplo, pela Representação do Brasil com relação às viagens do Equador. Temos uma reprogramação de viagens. Nessa reprogramação que fizemos na semana passada creio, que dentro dos limites não estava prevista nenhuma posse. Agora temos este novo convite, teremos que estudar se é possível, mas o Senhor Presidente saberá que, de qualquer maneira, é uma dificuldade orçamentária e que devemos buscar a solução. Somente para informação, Senhor Presidente.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Lamento ter que intervir a estas alturas, mas estou preocupado com a declaração do Senhor Secretário-Geral. É um convite do Governo de um país-membro a um ato transcendental, é uma transmissão de mando. Creio que aí não cabe economias, aí tem que estar presente a ALADI. Não estou de acordo com a declaração do Secretário-Geral. Se houve dificuldades para aprovar uma alocação para viagens é o único caso no qual não se deveria estabelecer exceção. Já a gentileza de um Governo de um país-membro em convidar a ALADI para um ato tão importante, tão transcendental não pode haver dificuldades dessa natureza.

PRESIDENTE. A Presidência se propõe convocar uma reunião informal de Chefes de Representação para a próxima semana.

Simplesmente faria um comentário muito breve com a finalidade de que possamos prosseguir o exame dos dois temas que surgiram hoje. Por um lado, a revisão e possível reprogramação das atividades de nossa associação para o segundo semestre deste ano, à luz dos critérios examinados e tendo como base também propostas que nos fará a Secretaria-Geral nessa próxima reunião, que pode ser segunda-feira da próxima semana.

Por outro lado, devemos continuar apurando os critérios relacionados com essa proposta para dar à Secretaria-Geral a faculdade discricional de ofício de atuar em relação com as reuniões de peritos convocadas para poder determinar um prazo prudencial que lhe permita determinar se se realizam ou não em função do número de participantes.

Diria, também, com relação à reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração prevista para os dias 1º e 2 de setembro, que essa reunião se pronunciará sobre a data para uma segunda rodada no mês seguinte. Creio que estes seriam os pontos pendentes. Solicitaria à Secretaria-Geral que na próxima reunião de caráter informal nos desse os elementos necessários para poder pronunciar-nos.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Era sobre o tema das viagens.

Na verdade entendo e justifico o escrúpulo do Senhor Secretário-Geral porque, na verdade, em diversas oportunidades foram criticadas algumas destas viagens e chegaram a considerar-se não procedentes e eu sei que todas as Representações, as fizeram de boa fé, em função dos problemas financeiros, mas como manifestou o Embaixador Cabezas, creio que neste caso seria muito difícil negar-se a assistir. Creio que deveríamos incluí-lo, reduzi-lo, porque muito generosamente creio que se fala de que possam ir até três pessoas, mas pode ser uma só.

O que sim também queria pedir era que a Secretaria-Geral nos passasse às Representações um reajustamento que fez de prioridades com base no que aprovamos na Reunião anterior do Comitê de Representantes. Isso era tudo.

Representação do URUGUAI (Néstor G. Cosentino). Para aderir ao expresso pelos Senhores Embaixadores do Equador e da Venezuela sobre a aceitação ou não do convite à Secretaria para assistir à mudança de autoridades na Colômbia. Consideramos que é um convite que, obviamente, mencionamos em outras oportunidades. O convite, na realidade, é para a instituição na pessoa do Secretário. Consideramos, por conseguinte, que ficaríamos muito mal vistos, em uma situação que criaria interrogação no Governo da Colômbia e em outros Governos de nossos próprios países se dissessemos que a ALADI não pode aceitar o convite por falta de recursos que, por outro lado, não serão tão exagerados. Por conseguinte, nos parece que este tipo de convite é incluível e não podemos rechaçá-lo por essa causa. Unimo-nos, então, à proposta de que o Secretário-Geral esteja presente nessa ocasião.

Representação do PERU (Guillermo Fernández Cornejo-Cortés). Senhor Presidente, não pensava tocar neste ponto nesta sessão pensando que íamos ter uma reunião. Creio que sempre se pode conciliar a falta de fundos com a representação da ALADI na mudança de mando na Presidência da Colômbia. Sabemos que lá temos um ilustre Representante, poderia ele ter as referências do caso e representar a ALADI nesta ocasião. Ponho isso como uma

solução para um assunto, talvez para evitar despesas nestas viagens da Secretaria-Geral que, muitas vezes, não passa do aspecto protocolar.

PRESIDENTE. Creio que a Mesa juntamente com o Secretário-Geral examinaria este ponto levando em conta os critérios expressos e, logicamente, a importância e o significado do convite que faz a Senhora Representante da Colômbia ao Secretário-Geral para que assista à tomada de posse do novo Presidente da Colômbia.

Caso não haja outros temas encerrariamos a sessão de hoje.

Encerra-se a sessão.
